

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Thyanne Rodrigues Guedes

**O ENSINO DA PRÁTICA EM SERVIÇO SOCIAL NOS CENTROS DE
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CAMPINA GRANDE-PB E
SEUS REBATIMENTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Campina Grande
2012

Thayanne Rodrigues Guedes

**O ENSINO DA PRÁTICA EM SERVIÇO SOCIAL NOS CENTROS DE
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CAMPINA GRANDE-PB E
SEUS REBATIMENTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba como pré-requisito para
obtenção do título de bacharel
Serviço Social.

Orientadora: **Profa. Dra. Adriana
Freire Pereira Férriz**

Campina Grande
2012

G924e

Guedes, Thyanne Rodrigues.

O ensino da prática em Serviço Social nos Centros de Referência de Assistência Social em Campina Grande-PB e seus rebatimentos na formação profissional [manuscrito]. / Thyanne Rodrigues Guedes. – 2012.

24 f.

Digitado.

Trabalho Acadêmico Orientado (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz, Departamento de Serviço Social”.

1. Ensino da prática. 2. Serviço Social. 3. Assistência Social. 4. Formação profissional.. I. Título.

21. ed. CDD 362.32

Thayanne Rodrigues Guedes

**O ENSINO DA PRÁTICA EM SERVIÇO SOCIAL NOS CENTROS DE
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CAMPINA GRANDE-PB E
SEUS REBATIMENTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba como pré-requisito para
obtenção do título de bacharel
Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Adriana Freire Pereira Férriz

Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz
Orientadora

Maria do Socorro Pontes de Souza

Profa. MS. Maria do Socorro Pontes Férriz
Examinadora

Thaísa Simplício Carneiro

Profa. MS. Thaísa Simplício Carneiro
Examinadora

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus, a luz que me guia todos os dias e sem o qual não seria nada.

Agradeço aos meus pais, Ângela e Heraldo, que se dedicam tanto a mim e que estão comigo sempre que preciso.

Agradeço aos anjos que Deus colocou em minha vida e sem os quais eu não teria persistido. Dona Vila, que me acolheu como uma mãe e que me mostrou o valor de ter Deus no coração e Afonso, que me trata como um pai.

Agradeço ao meu presente de Deus, Túlio Matheus, um amor que vou ter no coração para sempre, que me ajudou em tudo que precisei.

Agradeço à minha orientadora Adriana Freire, que se prontificou a me ajudar a elaborar este trabalho.

Agradeço a todas as minhas amigas, que conheci no curso e que me ajudaram com pequenas palavras, mas que para mim significavam muito, Tamara, Daniele, Djailma, Thaise, Paula e Waleska.

O ENSINO DA PRÁTICA EM SERVIÇO SOCIAL NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CAMPINA GRANDE-PB E SEUS REBATIMENTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Resumo: Este artigo discute os resultados de uma pesquisa realizada com supervisores de campo, supervisores acadêmicos e com alunos do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) que são estagiários dos Centros de Referência de Assistência Social (CRASs), no município de Campina Grande/PB. O objetivo principal do trabalho foi analisar o ensino da prática em Serviço Social nos CRASs de Campina Grande/PB e os seus rebatimentos na formação profissional. Mediante uso de metodologia qualitativa, a pesquisa abordou, com aplicação de formulário com questões abertas e fechadas, onze sujeitos, entre eles alunos, orientadores de campo e orientadores acadêmicos. Os resultados apontam inovações conceituais relativas ao ensino da prática, que mesmo sendo importante no processo de formação profissional, ainda carece de aportes teóricos e metodológicos que sejam capazes de superar a visão tecnicista do aprendizado profissional.

Palavras-chave: Ensino da prática. Serviço Social. Assistência Social. Formação profissional.

Abstract: This article discusses the results of a research with field supervisors, academic supervisors and with students of Social Service at the State University of Parahyba (UEPB) who are trainees of Reference Centers of Social Assistance (CRAS) in Campina Grande / PB. The main objective of this study was to analyze the teaching practice in Social Service in CRASs located in Campina Grande / PB and its causes in professional formation. Through the use of qualitative methodology, based on a questionnaire with broad and narrow questions was done, eleven people, including students, counselors and academic field advisors. The results indicate conceptual innovations relating to teaching of practice, it is important that the process of training, still lacking theoretical and methodological contributions that are able to overcome the technical vision of professional learning.

Key-Words: Teaching Practice. Social Service. Social Assistance. Professional Formation.

1 INTRODUÇÃO

O estágio em Serviço Social visa capacitar o acadêmico a compreender, analisar e intervir na realidade social, através da formação de competências, assim, o campo de estágio é um local de ensino-aprendizagem em que o aluno estagiário irá aprender e vivenciar a atuação profissional. Assim, o estágio não pode ser tratado como mero componente curricular, o qual é obrigatório para se formar, ou como espaço onde o aluno irá atuar como um trabalhador, exercendo tarefas que não lhe cabem.

O estudo partiu da análise do estágio dos alunos do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Campina Grande, partindo do pressuposto de que esses campos se caracterizam como principal porta de entrada dos usuários à rede de proteção social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), uma vez que atuam nas áreas de maior vulnerabilidade social. Dessa forma, esses campos devem propiciar uma inserção dos alunos na realidade social, e uma aproximação com a prática profissional.

O que motivou a pesquisa e as inquietações sobre o tema foi a vivência no campo de estágio no CRAS do bairro de Nova Brasília, no período de 2011 a 2012, que instigou a busca de uma investigação mais aprofundada sobre a participação do estágio na formação dos alunos. Apesar de ser um tema muito pouco abordado, é de suma importância para o curso de Serviço Social. Dessa forma, esta pesquisa possui uma relevância, devido a sua abrangência e a sua originalidade sendo fundamental para se ter uma análise da forma como os alunos estão aprendendo nos seus campos de estágio, assim como se avaliar que tipo de profissional esses espaços estão formando, quais as contribuições destes para os alunos e quais as dificuldades encontradas pelos alunos.

A pesquisa buscou analisar o ensino da prática em Serviço Social nos CRASs de Campina Grande/PB e os seus rebatimentos na formação profissional. Dessa forma, a análise da relação da tríade, formada por aluno, supervisor de campo e supervisor acadêmico, é importante para uma visão abrangente sobre a formação do aluno. Também é importante a análise da relação da Universidade com a Instituição campo de estágio, uma vez que são

partes integrantes do processo de ensino-aprendizagem e que, muitas vezes, não há um relacionamento integrante das mesmas, participando como agentes distintos desse processo de estágio, sem que haja uma correlação entre ambas as partes.

A investigação se construiu tendo como referencial teórico-metodológico a teoria crítico-dialética, através de uma análise mais aprofundada da realidade estudada capaz de ultrapassar o âmbito da aparência dos fatos. Foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa, uma vez que se buscou um aprofundamento objetivo e subjetivo acerca da temática, além de um levantamento bibliográfico e o estudo de materiais e fontes de pesquisa, que ajudaram a fundamentar o tema.

A população estudada constou de alunos da Universidade Estadual da Paraíba, do curso de Serviço Social, que estão inseridos nos campos de estágio dos CRAS de Campina Grande (localizados nos bairros de Nova Brasília, Ramadinha e Catingueira), de supervisores acadêmicos e de supervisores de campo dos respectivos campos de estágio mencionados. Para tanto, se fez necessário selecionar uma amostra dos sujeitos, tendo em vista a grande quantidade dos mesmos, assim foram selecionados 2 (dois) supervisores acadêmicos, 2 (dois) assistentes sociais e 7 (sete) alunos estagiários, totalizando 11 (onze) sujeitos participantes.

Os dados foram coletados através de um formulário (Apêndice A) com questões fechadas e abertas destinadas aos alunos, supervisores acadêmicos e supervisores de campo, e os mesmos, logo após terem sido coletados foram tabulados e analisados no intuito de compreendê-los e interpretá-los. Assim foram feitas três ações: “ordenação dos dados, classificação dos dados, análise propriamente dita” (MINAYO, 2011, p. 27). A partir destes três processos é que se deu a análise dos dados, sendo esta uma análise qualitativa.

Em suma, a estrutura do artigo contempla, em seu tópico 2, uma breve contextualização da Política de Assistência Social no Brasil, através de uma análise da sua história, o que propiciou fazer um breve apanhado desta até se chegar à fundamentação do Centro de Referência de Assistência Social, na qual foi abordada as principais características daquele espaço. Em seguida, no tópico 3, foi discutida a política de estágio, buscando fundamentar a temática

sobre o ensino da prática em Serviço Social e seus principais desdobramentos. Por fim, no tópico 4, foram explanados e analisados os resultados da pesquisa.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Uma análise cuidadosa acerca do processo de implementação da Assistência Social no Brasil nos leva a perceber que a mesma passou por muitas dificuldades, desafios, disputas e retrocessos, enfim, atravessou muitas barreiras até que conseguisse avançar e se consolidar tal como é hoje. Essa trajetória da Assistência Social caminha juntamente com o processo histórico brasileiro, acompanhando-o em suas várias determinações, sejam elas políticas, econômicas, sociais ou ideológicas, assim, o caminho percorrido pela referida Política de Assistência Social passou por um processo de busca de legitimação e espaço como um direito social.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

No Brasil, no ano de 1930, a pobreza era vista como uma disfunção social particular do indivíduo, assim, ela não era considerada expressão da questão social e era tratada como caso de polícia, através da repressão. Segundo Behring e Boschetti (2008), a questão social só vai aparecer como questão política a partir do século XX, mas, antes disso, ela era tratada como caso de polícia, e combatida com repressão. Com o surgimento da industrialização e da luta de classes, surgem algumas medidas esparsas e frágeis de proteção social, que visavam amenizar a revolta dos trabalhadores. Nesse contexto, a principal medida criada foi a lei Eloy Chaves, em 1923, que criou as Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPs), voltadas para algumas categorias de trabalhadores, mas que deixavam de fora de sua “proteção” o restante das pessoas que não trabalhavam.

Nesse contexto de negação de direitos e de Assistência Social como instrumento do capital, surge a primeira grande regulação da assistência social no Brasil, em 1938, com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social

(CNSS) com as funções de órgão consultivo do governo e das entidades privadas, bem como de estudar os problemas pertinentes ao Serviço Social. Em 1942, surge a primeira instituição assistencialista de âmbito nacional, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que, inicialmente, visava atender as famílias dos soldados que iam ou estavam envolvidos com a Guerra. Posteriormente, passa a ser um instrumento de assistencialismo, coordenado pela primeira-dama da época e patrocinado pelas senhoras da sociedade, com vistas a atender os problemas sociais pela filantropia e caridade, o que dificultava o entendimento das pessoas de que eram sujeitos de direitos e não merecedores de um favor. Segundo Sposati (2004) essa característica da LBA ocasiona para a assistência social um vínculo ao assistencialismo com um caráter emergencial, que predomina na trajetória da assistência social. Em 1969, a LBA é transformada em fundação e vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, tendo sua estrutura ampliada e passando a contar com novos projetos e programas.

Na década de 1970, especificadamente, em 1974, no contexto da ditadura militar é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) que contém na sua estrutura uma Secretaria de Assistência Social para o enfrentamento da pobreza. Segundo Mestriner (2001) tal política resultará na mobilização de especialistas, profissionais e organizações da área. Com o agravamento da pobreza exige-se do Estado uma maior atenção e enfatiza-se uma maior valorização da assistência social do MPAS, buscando-se sair do assistencialismo e do caráter de complementação da assistência.

É nesse contexto que se começa a avançar para um reconhecimento da Assistência Social como uma política, e é na década de 80 que esse fato irá se consolidar, com a promulgação da Constituição de 1988 que entrou em vigor, representando um avanço no que se refere à Seguridade Social, conferindo pela primeira vez a condição de política pública à Assistência Social. A partir da Constituição, a Assistência passou a ser de responsabilidade do Estado, visando atender as necessidades básicas daqueles que não possuem condições de satisfazê-las. Mesmo sendo reconhecida pela Constituição, a Assistência necessitava ser regulamentada, e para isso, em 1993 surge a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8.742 de 07/12/1993 – LOAS), para estabelecer normas e critérios para organização da Assistência Social, que é

um mecanismo de acesso a bens e serviços aqueles que necessitam.

É certo que a trajetória da Política de Assistência Social, não termina com a promulgação da LOAS, pois esta introduziu uma nova realidade institucional, com a proposição de mudanças nos mais variados níveis sociais, com a Assistência Social avançou, a mesma teve de passar por várias dificuldades, decorrentes do processo de incorporação de práticas neoliberais no Brasil, nos anos de 1990, que segundo Behring e Boschetti (2008), aconteceu com a privatização de serviços públicos e com um processo de Reforma do Estado, com a transferência de suas responsabilidades para as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e para o mercado. Como consequência desse processo, a LOAS esbarra em aspectos da ordem política e econômica, que comprometem a sua efetivação, pois se depara com constantes tentativas de rompimento com seu modelo constitucional. Disso decorre, a dificuldade do alcance efetivo da inclusão social e de viabilização de direitos.

Rumo a concretização dos pressupostos contidos na CF/88 e na LOAS, foi aprovada a primeira Norma Operacional Básica que conceituou o sistema descentralizado e participativo da política de Assistência Social. Em dezembro de 1998, foi definido o primeiro texto da Política Nacional de Assistência Social. No mesmo ano, foi editada uma Norma Operacional Básica de conformidade com o disposto na Política Nacional de Assistência Social. (LONARDONI; GIMENES; SANTOS, 2006, pg. 9).

Tais instrumentos normativos citados propiciam as condições de gestão, de financiamento, de competências dos níveis de governo, assim como criam, os conselhos deliberativos e controladores da Política de Assistência Social, os Fundos Especiais de recursos da Assistência Social, além de Comissões Intergestoras Bipartites e Tripartites. Todos estes mecanismos atuam em um processo de valorização e proteção da Assistência Social, visando romper com as amarras neoliberais.

Após 10 anos de regulamentação da LOAS e de um processo de luta pela Assistência Social enquanto política social, ocorreu a IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Dezembro de 2003, na qual foi aprovada uma nova agenda política a fim de reordenar a gestão das ações descentralizadas e participativas de Assistência Social no Brasil. Foi discutida a

construção e implementação do Sistema Único da Assistência Social, requisito essencial da LOAS que é o mecanismo que permite interromper a fragmentação que até então marcou os programas do setor e instituir, efetivamente, a transformação da assistência em política pública, assim em 2004, foi aprovada uma nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que busca transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social, por meio de definições, de princípios e de diretrizes que passam a nortear sua implementação. Além disso, a PNAS atua na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da sua Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) e que apresenta em seu texto uma operacionalização da gestão da Política de Assistência Social, assim como aponta claramente as competências de cada órgão federado e os eixos de implementação e consolidação da iniciativa. A NOB/SUAS

[...] consagra os eixos estruturantes para a realização do pacto a ser efetivado entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando a implementação e consolidação do SUAS no Brasil (BRASIL, 2005, p. 8).

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2005), o SUAS engloba também a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. A importância do SUAS está no fato de que ele não é apenas um modelo de gestão, mas também um projeto que busca e materializa o direito social.

De acordo com a NOB/SUAS (BRASIL, 2005), o SUAS atua nos dois níveis de proteção social (básica e especial) visando o enfrentamento de vulnerabilidades, riscos, fragilidades, enfim, tudo que comprometa a qualidade de vida das famílias e indivíduos. Na proteção social básica atua o Centro de Referência de Assistência Social, conhecido popularmente como “Casa da Família”, que é um espaço onde se insere o profissional de Serviço Social, entre outros como Psicólogos, que atuam junto aos usuários e as famílias que demandam os serviços deste espaço. Ainda nele se encontram os estagiários de diversos cursos, como os de Serviço Social, que são orientados pelo

Assistente Social em um processo de ensino da prática profissional. Desta forma é viável para o presente trabalho que se faça uma análise deste espaço, uma vez que ele será tomado como local de pesquisa.

2.2 O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

De acordo com a Norma Operacional Básica/SUAS (BRASIL, 2005), o CRAS é um espaço público estatal localizado em áreas de vulnerabilidade social, e constitui-se como “a porta de entrada” dos usuários na rede socioassistencial do SUAS, e oferta serviços continuados de proteção social básica de Assistência Social, voltados à proteção de famílias e indivíduos por meio do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), e seu espaço físico deve ser compatível com os serviços nele ofertados, sendo capaz de responder aos requisitos mínimos para a adequada recepção das famílias.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2009), o CRAS deve ser composto por uma equipe multiprofissional, que deverá realizar um trabalho interdisciplinar junto às famílias, sendo assim composta por técnicos, Psicólogos, Assistentes Sociais, entre outros, que realizarão as diversas ações socioassistenciais, no intuito de fortalecer os vínculos familiares e comunitários dos usuários dos serviços, assim como a promoção de cidadania e protagonismo social dos indivíduos.

3 A POLÍTICA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

Segundo Lewgoy (2009) o estágio supervisionado em Serviço Social é um espaço formativo, em que alunos, professores e profissionais se envolvem no “ensino da prática”. Assim, o estágio em Serviço Social, capacita o aluno para a construção da sua identidade profissional, proporcionando-lhe a criação de uma visão de mundo própria. A política de estágio em Serviço Social deve estar em consonância com as Diretrizes Curriculares, criadas em 1996, que apresentam a sistematização dos debates desenvolvidos pela categoria profissional em busca de um currículo mínimo que garanta uma formação

profissional de qualidade, tendo como conteúdos: formação e trabalho profissional. As Diretrizes Curriculares ressaltam que

Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática (ABESS, 1996, p. 18).

Além disso, o estágio é protegido pela Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e pelo Código de Ética de 1993 e, mais recentemente, pela Resolução CFESS n. 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), nos dias atuais, traçou uma Política Nacional de Estágio (PNE), em 2010, na área de Serviço Social, visando a defesa do projeto de formação profissional e a luta contra a precarização do ensino superior, em prol de um aprendizado de qualidade.

3.1 O PROCESSO DE ENSINO DA PRÁTICA DE SERVIÇO SOCIAL

O processo de ensino da prática de Serviço Social abrange uma série de fatores que precisam ser analisados, em prol de se avaliar como o aluno inserido no campo de estágio está aprendendo sobre a prática do assistente social. Segundo Lewgoy (2009), aprender sobre a prática profissional vai além de se deter a conhecer e dominar instrumentos e técnicas, abrange também uma apreensão e domínio de um aporte teórico e também de possuir uma ética profissional que possibilitará uma competência esperada. Juntas, essas três dimensões (ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica) conseguem oferecer aos alunos, assim como aos profissionais assistentes sociais, a capacidade crítica e criativa necessária para um exercício profissional comprometido com os valores sociais e com a qualidade na oferta dos serviços.

A prática que o aluno irá vivenciar no estágio é de suma importância para que ele consiga apreender as especificidades da intervenção, a necessidade de conhecer a realidade na qual estão inseridos os sujeitos demandatários da sua ação e dessa forma consiga fazer uma reflexão sobre a ação profissional, para que a partir desse conjunto de fatores ele construa a

sua formação profissional. E segundo Buriolla (2008) é esta a principal meta da experiência do estágio: contribuir para formar o aluno para que seja um profissional com competências, habilidades, saberes e conhecimentos.

Segundo à Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2010), três princípios são indispensáveis no processo de ensino da prática:

1) Articulação entre a tríade – alunos, supervisores acadêmicos e supervisores de campo: que possibilita o desenvolvimento de competências profissionais através de uma análise conjunta dos sujeitos acerca das demandas, dos desafios e das respostas que são apresentadas no cotidiano profissional. Assim, a interlocução entre a tríade permite que sejam criados e socializados conhecimentos e reflexões, como também a troca de experiências, na medida em que os alunos e professores levam as experiências da universidade à instituição campo de estágio, e o assistente social leva seus conhecimentos da prática profissional aos alunos e professores, e nesse movimento contínuo os sujeitos se articulam em um processo de ensino-aprendizagem;

2) Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo: é preciso que haja uma supervisão acadêmica e de campo, onde haverá uma ação conjunta, no intuito de acompanhar e avaliar o processo de ensino-aprendizagem do aluno, assim como analisar o desempenho do mesmo e sua capacidade de apreender, investigar e intervir criticamente na realidade social, atuando de forma crítica e criativa na busca de respostas às demandas postas;

3) Articulação entre a Universidade e o Campo de estágio: esses dois espaços se configuram como chaves para o aprendizado do aluno, cada qual exercendo sua função, de forma conjunta e contínua. Assim, é preciso que estes espaços enxerguem a relação entre eles como sendo importante para ambos, e não como uma relação de submissão, como muito ocorre, onde a universidade acha que está em um patamar elevado de conhecimento e o campo de estágio acha que está prestando um favor à universidade cedendo um espaço para o estágio dos alunos.

Estes três princípios contribuem para subsidiar um ensino da prática aos alunos estagiários, sendo necessário uma boa qualidade do processo de ensino-aprendizagem nos vários espaços de inserção do aluno. A qualidade do

aprendizado do aluno passa a ser prejudicado no momento em que a prática profissional que lhe é passada é desprovida de caráter reflexivo e crítico. A partir daí é preciso definir o papel dos sujeitos envolvidos nesse processo de ensino da prática. Segundo Lewgoy (2009) ao supervisor de campo cabe o papel de acompanhar o aluno, inseri-lo e orientá-lo, no campo de estágio. Ao supervisor acadêmico cabe orientar e avaliar o estagiário, visando a qualificação do mesmo e seu processo de formação. Ao aluno cabe estar aberto e dedicado ao que vier, a aprender e interagir levando seu conhecimento acadêmico para o campo de estágio. A boa análise do processo de ensino da prática propicia que seja superado o

[...] distanciamento entre professores e profissionais supervisores, Unidades de Ensino e Instituições de campos de estágio, como produto de uma percepção ainda fragmentada da relação ensino, pesquisa e extensão e de uma concepção dicotômica entre teoria e prática; isolamento dos campos de estágio e desarticulação entre estes e as disciplinas; descontinuidade dos estágios e a pulverização em múltiplos campos, o que gera dificuldades na supervisão do aluno [...] (RAMOS et al, 2004, p. 4-5).

O ensino da prática não deve se restringir à mera reprodução da operacionalização dos instrumentos e técnicas, pois isso impossibilitaria o aluno a aprender, de fato, sobre a prática profissional, enquanto interventora e conhecedora da realidade. Assim, se deter apenas ao conhecimento de instrumentos e técnicas, impossibilitaria um fazer crítico profissional. Daí a necessidade de se apreender essa discussão para que seja superada a visão tão amplamente divulgada de que teoria e prática são dicotômicas, ou seja, que são coisas distintas e que por isso não se consegue atrelá-las.

Essa visão equivocada é disseminada nos dias atuais, com o problema da precarização e desvalorização dos profissionais, que se inserem em espaços que não oferecem as mínimas condições de trabalho e ainda tem que se submeter à baixas remunerações. Além dessas dificuldades, de âmbito pessoal, o profissional assistente social enfrenta os impasses e limites nas instituições em que se inserem, o que dificulta sua prática profissional e faz com que muitos vejam que a teoria aprendida na Universidade é fantasiosa e que não se aplica na prática, e eles passam suas frustrações para os alunos, que cada vez mais aprendem que tudo que veem na Universidade não vai servir para nada. Esse pensamento deve ser superado, já que se espera do

profissional uma visão crítica e propositiva, e não uma visão fatalista e conservadora, como se tudo fosse do jeito que é e que nunca irá mudar.

Nessa discussão, Guerra (2005), afirma que, no Serviço Social, o que ocorre é um modelo privilegiado da prática pautado no saber-fazer e isso recai diretamente na prática profissional, pois se recorre a um perfil de profissional instrumentalista, detentor de técnicas e instrumentos, ou seja, se o profissional sabe fazer um parecer, uma visita domiciliar, um laudo, um relatório, entre outros, ele será um profissional competente. Assim, essa dimensão do saber fazer recai sobre o aluno, que muitas vezes se detém a querer aprender a fazer e executar as técnicas e instrumentos profissionais, e não se detém a apreender a realidade e a estudá-la.

Outra dificuldade que deve ser superada para que o ensino da prática se efetive tal como deveria, é a relação entre a Universidade e a instituição campo de estágio, que muitas vezes se tornam estranhas dentro do processo de ensino aprendizagem. A parceria entre as duas instituições deve existir, para que o estágio do aluno seja subsidiado, de modo que não haja qualquer barreira que interrompa o processo de aprendizado do mesmo. Buriolla (1995, p. 17-18), em seu estudo, afirma que

[...] há desinformação entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio; existem Unidades de Ensino que não assumem “realmente” o estágio com todas as suas implicações, tornando-se este um apêndice do curso, e sua operacionalização fica a cargo do aluno estagiário; na instituição, o profissional assistente social designado ou imposto para dar supervisão ao aluno está, muitas vezes, despreparado profissionalmente para assumir tal função [...].

Assim, é preciso avaliar como se dá essa relação entre instituições, no sentido de que uma deve completar a outra, sem que haja qualquer imposição de um campo sobre o outro, como se esse ou aquele fosse o mais importante, ou se um estivesse prestando um favor ao outro. É essencial que esses dois espaços assumam um compromisso mútuo, para que haja uma correlação de aprendizado.

Em suma, é inegável que o ensino da prática seja apontado como parte essencial para a formação do aluno de Serviço Social. Dessa forma, é que a presente pesquisa irá se deter a investigar e avaliar como está se dando este ensino da prática, e qual a influência do mesmo para a formação dos alunos

estagiários, que vivenciam a prática profissional durante todo o período de estágio.

4 O ENSINO DA PRÁTICA EM SERVIÇO SOCIAL NOS CRASs DE CAMPINA GRANDE-PB E SEUS REBATIMENTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

É inegável que o processo de ensino-aprendizagem pelo qual passa o aluno de Serviço Social é de suma importância para a formação profissional do mesmo e, dentro deste processo de aprendizado, torna-se indispensável a aproximação do aluno à prática profissional, daí a necessidade de inserir os alunos nos campos de estágio. Assim, busca-se analisar este processo de ensino da prática do Serviço Social, tendo como campo de investigação os CRASs do município de Campina Grande, analisando as suas diversas dimensões e conhecendo os sujeitos participantes.

4.1 O PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Para levantar os dados da pesquisa, buscou-se aplicar um questionário com sete alunos da Universidade Estadual da Paraíba do curso de Serviço Social, dois supervisores acadêmicos e dois supervisores de campo. Assim pode-se levantar o perfil socioeconômico dos sujeitos investigados.

Com relação aos alunos, pode-se constatar que 86% são do sexo feminino e 14% são do sexo masculino. Com relação à idade 71% tem entre 21 a 30 anos e 29% tem entre 16 a 20 anos. Ainda, com relação ao estado civil, 86% são solteiros (as) e 14% são casados (as) ou tem união estável. 86% dos alunos tem renda familiar entre 2 a 4 salários mínimos e 14% tem renda familiar acima de 8 salários. Todos cursam o último ano de curso, sendo que 57% estudam pela manhã e 43% estudam à noite. 71% não trabalha e 29% trabalha. Ainda com relação aos campos de estágio em que estão inseridos 43% estão no CRAS do bairro de Nova Brasília, 43% estão no CRAS da Catingueira e 14% estão no CRAS da Ramadinha.

Com relação aos supervisores acadêmicos, pode-se dizer que 100% são do sexo feminino, 67% têm entre 21 a 30 anos e 33% tem entre 31 a 40 anos. Com relação ao estado civil, 67% são casadas e 33% solteiras. 100% têm

mestrado, mas apenas 33% tem doutorado. Com relação à renda familiar, 67% tem entre 5 a 8 salários mínimos, enquanto que 33% tem entre 2 a 4 salários mínimos.

Já os supervisores de campo, são 100% do sexo feminino. Com relação à idade, 50% têm entre 41 a 50 anos e 50% tem acima de 50 anos. Com relação ao estado civil, 50% são casadas ou tem união estável e 50% são separadas ou divorciadas. Com relação à renda familiar, 100% tem entre 2 a 4 salários mínimos. Todos (as) se formaram pela UEPB, sendo que uma em 1998 e outra em 2007, mas não possuem especialização ou pós-graduação, o que mostra que a busca por qualificação é muito pouca, o que prejudica o processo de aprendizado dos profissionais, que perdem sua capacidade de absorver teorias e articula-las na prática. Dessa forma, é necessário que os profissionais busquem a constante requalificação para atuar de forma crítica e propositiva.

4.2 O ENSINO DA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL NOS CRASs DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB

Na formação profissional o estágio aparece como imprescindível para o processo de ensino da prática do Serviço Social. Como diz Lewgoy (2009), é necessário que se invista na composição de um espaço que possibilite aos alunos uma prática reflexiva e comprometida com os processos sociais. Assim, com a pesquisa realizada com alunos, professores e supervisores de campo, pode-se constatar que as realidades dos campos de estágio estão se distanciando da proposta de um ensino de qualidade da prática profissional, como constatado na visão de alguns sujeitos sobre o estágio

O campo de estágio está me servindo como uma base do que não fazer como profissional, tendo em vista a forma de como as atribuições são desempenhadas pelas assistentes sociais, considerando as limitações do contexto macrossocial, como também as limitações teóricas das mesmas (Aluno 3).

O estágio está me servindo apenas como componente curricular a ser cumprido para conclusão do curso (Aluno 4).

É de suma importância levar em consideração a opinião dos sujeitos acerca do estágio, principalmente dos alunos, os quais são os principais sujeitos do processo de ensino da prática profissional e, como tal, deveriam

estar sendo motivados a apreender a prática em sua totalidade e, assim, poder fazer análises concretas da realidade em que se inserem, sendo levados a uma reflexão crítica e propositiva. Como aponta outro entrevistado

O estágio supervisionado funciona como um mecanismo de aproximação do aluno entre a teoria e a prática, ou seja, possibilita que o aluno se defronte com situações práticas que o faça refletir a partir do aporte teórico adquirido no curso, de maneira crítica (Supervisor Acadêmico 2).

Assim, é necessário levar em conta que a prática profissional observada pelo aluno influencia na sua formação profissional, assim como em seu aprendizado. Dessa forma, na pesquisa, pode-se constatar como os sujeitos enxergam processo de aprendizado da prática profissional

O meu aprendizado não foi bom, devido à atuação da assistente social, que na maioria das vezes não realizou atividades que pudessem fazer com que os usuários se interessassem. Observa-se que as profissionais são apáticas, que esperam a demanda chegar até elas para tentar solucionar. Assim sendo verifica-se que as mesmas não são propositivas e não exercem o caráter crítico diante dos problemas existentes (Aluno 1).

Os alunos se chocam com as práticas profissionais, pois após longo período de “absorção” de teorias são colocados frente a frente com práticas que as vezes não condizem com o que esperavam e passam a tecer críticas a tais práticas, tendo assim dificuldade de perceber o estágio como espaço de aprendizagem (Supervisor Acadêmico 2).

Dessa forma, como aponta Lewgoy (2009), a qualidade do estágio é prejudicada quando não contribui para um processo de aprendizado baseado na reflexão e na criticidade, assim como quando não há uma preparação do aluno pelos supervisores acadêmicos e constante supervisão destes. Assim, o profissional do campo deve incentivar que os alunos criem competências e habilidades, para dessa forma responder às demandas institucionais, mas esse processo de aprendizagem deve ser feito em conjunto, em uma articulação entre aluno e assistente social, sendo este capaz de influenciar o aluno de forma positiva ou negativa, dependendo da forma de atuar, se criticamente ou de forma pragmática.

[...] O estágio contribui muito para a formação do aluno, quer seja como exemplo positivo, quer negativo, o aluno sempre aprende quando defrontado com a prática dos supervisores, mesmo que seja para criticá-los (Supervisor Acadêmico 2).

Toda a defasagem do campo de estágio, a apatia das profissionais, tudo isso me fez ver que eu não posso e não devo agir como as mesmas. Foi um campo muito rico nesse sentido, de ver de fato as expressões da questão social, ali na nossa frente (Aluno 4).

Assim, remete-se ao saber-fazer profissional, que deveria ser, como aponta Lewgoy (2009), de boa qualidade, propiciando que o aluno crie uma capacidade de analisar criticamente os desafios postos, estando este saber-fazer articulado às dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Mas o que se observa é que o saber-fazer foi defasado e é confundido com um tecnicismo profissional, no qual, segundo Guerra (2005), saber fazer um relatório, uma entrevista, preencher uma ficha, enfim, saber se deter aos instrumentos técnicos significa ser um profissional dotado de competência, o que prejudica a articulação entre a teoria e a prática, ficando detido apenas a esta última, sem que haja uma correlação entre as duas dimensões, como complementares, o que ajuda na proliferação da equivocada afirmação de que na prática a teoria é outra. Dessa forma, para superar essa dicotomia entre teoria e prática, é imprescindível que haja a articulação entre a Universidade e o Campo de Estágio, pois quando não há essa relação, a dicotomia citada torna-se ainda mais disseminada.

Na pesquisa alguns alunos apontam equívocos por parte dos assistentes sociais, que por estarem em um contexto de dificuldade e de desvalorização profissional, acabam por pregar concepções equivocadas acerca da relação teoria-prática, o que prejudica o aluno, que já vem estudando as teorias na Universidade e se depara com profissionais apáticos e fatalistas, que perderam a capacidade de refletir criticamente buscando a iluminação da prática pela teoria.

Para mim, a relação teoria-prática é de extrema importância para a nossa formação, mas infelizmente alguns profissionais reproduzem discursos de que a teoria nada tem a ver com a prática. Para mim tem tudo a ver, na medida em que temos que ter a criticidade de atentar para essa questão (Aluno 4).

Daí ser necessário que haja a busca por qualificação por parte dos profissionais de campo, que muitas vezes se acomodam e deixam de buscar apreender novos conhecimentos, o que prejudica não só o processo de ensino da prática dos alunos, mas também prejudica os usuários dos serviços que vão ao campo em busca de auxílio, e se deparam com profissionais desqualificados

ou apáticos com a prática profissional. É necessário, também, a requalificação dos supervisores acadêmicos, que por estarem inseridos na Universidade e realizarem pesquisas, deixam de se atualizarem e buscar novos conhecimentos, o que também prejudica o aprendizado do aluno. Assim, é interessante que haja eventos ou encontros realizados pela Universidade que possam abranger os supervisores de campo, supervisores acadêmicos e alunos, para que haja uma interação entre esses dois espaços e entre estes sujeitos, o que possibilitaria um aprendizado recíproco e a troca de experiências entre os mesmos. Só assim, poderia se possibilitar um ensino da prática ao aluno de forma a contribuir na construção de um perfil profissional de qualidade. Esta é a opinião de alguns sujeitos para que pudesse ser melhorado o estágio, conforme observamos nos depoimentos a seguir:

Deveria ter uma capacitação para os assistentes sociais na universidade, com vista no aprimoramento da prática e como também da teoria, visto que as assistentes sociais não estão exercendo a profissão como deveria ser, observando assim práticas conservadoras, como também de caráter fatalista (Aluno 3).

Acredito que a Universidade precisa criar espaços de articulação entre os campos de estágios, promover encontros temáticos baseados nos temas dos campos de estágio que possam melhorar a articulação entre a tríade: orientador - aluno - supervisor (Supervisor Acadêmico 2).

Deveria haver cursos de capacitação que pudéssemos participar e nos requalificar. Às vezes sinto dificuldade em apreender algumas teorias, e uma articulação com a Universidade poderia possibilitar uma “renovação profissional” (Supervisor de Campo 2).

Assim, no ensino da prática do Serviço Social dos CRASs de Campina Grande, há uma visível defasagem daquilo que se almeja como sendo um ensino de qualidade capaz de formar profissionais capacitados. Dessa forma, há a necessidade de se trabalhar esses espaços, articulando-os com a Universidade para que seja possibilitado um aprimoramento profissional que contribua não só para passar uma prática crítica aos alunos, mas também que influa na forma de lidar com as demandas que lhes são apresentadas.

4.3 A RELAÇÃO DA TRÍADE ALUNO-SUPERVISOR DE CAMPO-SUPERVISOR ACADÊMICO

Como aponta Lewgoy (2009), alunos, orientadores de campo e

orientadores acadêmicos participam de um processo coletivo e interdisciplinar, o qual é indispensável ao processo de ensino da prática do Serviço Social, sendo esta relação responsável pela formação de qualidade através de um ensino articulado pelos sujeitos, cada qual exercendo seu papel, mas de forma conjunta. O aluno no estágio deve ter um comprometimento com o usuário, que vá além de preencher diários, elaborar relatórios, entre outros. Deve ter a capacidade de apreender a prática profissional, sendo ela boa ou ruim, para que possa formar seu perfil profissional, sendo assim necessário uma criticidade para analisar a atuação profissional, como apontado na fala de um dos alunos:

No estágio tenho a possibilidade de conhecer de fato a realidade, ver as expressões da questão social e todos os problemas ocasionados pelo sistema e o que vemos na teoria se relacionando com a prática, além de conhecer práticas neoconservadoras das profissionais (Aluno 4).

Há clareza de que o assistente social influencia na formação da identidade profissional do aluno, assim, quando o profissional se mostra com práticas conservadoras e imediatistas, é necessário que o aluno tenha aporte teórico para contestar tais práticas e levar aquela atuação como experiência, não a ser seguida, mas a ser evitada. O assistente social de campo atua como orientador da prática profissional, capaz de ter uma pedagogia que lhe permita, além de orientar, inserir o aluno e acompanhá-lo na instituição.

Enquanto profissional repasso a prática do Assistente Social com a ética com os usuários e colegas da profissão e, sobretudo, os desafios que serão impostos, porém as limitações poderão ser ultrapassadas se você quiser ser um profissional com visão de transformar (Supervisor de Campo 1).

Dessa forma, quando não há um acompanhamento do profissional junto aos alunos, estes sentem dificuldade de situar-se frente à prática e, como constatado na pesquisa, muitos chegam ao último ano do curso sem terem muita noção de qual o papel do assistente social e como o mesmo deve atuar. “Participo dos grupos, onde não há nenhum tipo de supervisão e nem o planejamento das atividades que serão desenvolvidas. Infelizmente nem sei o que fazer quando for trabalhar, devido a não ser orientada” (Aluno 3). Assim, é necessário o compromisso do orientador de campo em criar com o aluno uma relação de ensino-aprendizagem, capaz de passar ao aluno as dimensões do

trabalho do assistente social, estando estas articuladas.

O orientador de campo deve buscar exercitar com os alunos a observação do exercício profissional do assistente social na instituição, propondo junto com os mesmos uma visão crítica diante das demandas encontradas no estágio. Esse papel é apreendido por um dos profissionais abrangidos na pesquisa, o qual é um supervisor acadêmico

O meu papel procuro desempenhar, enquanto um mediador entre a teoria e a prática, um facilitador para o aluno se inteirar das mais diversas manifestações da Questão Social. Procuro contribuir com o processo de aprendizagem dos alunos, tanto no que concerne à prática investigativa, motivando-os a realizarem pesquisas dentro e fora do campo de estágio, bem como, motivando-os para a realização de ações interventivas frente às expressões da Questão Social presentes no espaço do estágio (Supervisor Acadêmico 2).

Além das questões apreendidas anteriormente, a pesquisa possibilitou uma análise acerca da relação entre a tríade, que deve se dar de forma recíproca e não dissociada. Assim, é preciso que haja, como diz Lewgoy (2009), uma correlação entre os sujeitos que venha a propiciar a criação de conhecimentos e habilidades, além de uma troca de experiências. Neste sentido, a articulação entre os sujeitos deve possibilitar análises conjuntas acerca da realidade, como uma proposição de respostas às demandas. Os sujeitos da pesquisa conseguem ter essa noção de que é necessário que haja uma indissociabilidade entre supervisão acadêmica e de campo, ambas interagindo na avaliação e no acompanhamento dos alunos.

Com os alunos são estabelecidos encontros semanais para a reflexão de temas e textos e orientação e avaliação das ações desenvolvidas no campo de estágio. E com os supervisores de campo se estabelece um contato prévio de apresentação da proposta do estágio que se dá continuamente perante reuniões no próprio campo de estágio (Supervisor Acadêmico 2).

Outra questão posta por um orientador acadêmico é a necessidade de que haja “[...] mais encontros com os orientadores de estágio, juntamente com os estagiários para entender melhor as necessidades dos estagiários em nossa instituição” (Supervisor de Campo 1). Assim, é necessário se reavaliar a necessidade de que os encontros entre a tríade sejam feitos com frequência, o que possibilitaria um acompanhamento e avaliação do aprendizado dos alunos de forma efetiva e integrada, podendo haver, através dos encontros, propostas

para o estágio, de forma a melhorá-lo, pois como aponta um orientador de campo “É importante que haja um planejamento entre as supervisões para que ambas não sejam “desconectadas” e passem uma impressão de que a teoria é diferente da prática” (Supervisor Acadêmico 1).

4.4 A RELAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE E O CAMPO DE ESTÁGIO

Na relação entre a Universidade e o campo de estágio aparece uma contradição, pelo fato de na primeira ser incluído o processo investigativo, e na segunda não. Assim, na Universidade há a preocupação em incentivar os alunos a criarem e desenvolverem um perfil investigativo, através da realização de pesquisas, como salienta um dos entrevistados:

Procuo contribuir com o processo de aprendizagem dos alunos, tanto no que concerne à prática investigativa, motivando-os a realizarem pesquisas dentro e fora do campo de estágio, bem como, motivando-os para a realização de ações interventivas frente às expressões da Questão Social presentes no espaço do estágio (Supervisor Acadêmico 2).

Mas esse fator fica inerte no campo de estágio, que não inclui esse cariz investigativo no ensino dos alunos. Essa contradição, segundo Lewgoy (2009), precisa ser superada, pois a falta de intercambio entre os dois espaços compromete a qualidade do ensino dos alunos estagiários, e o campo de estágio se detém a apenas passar a parte de instrumentos e técnicas, fazer visitas, elaborar relatórios, e se esquece de propor aos alunos uma investigação e a elaboração de pesquisas acerca da realidade. Assim, as pesquisas feitas acerca do estágio são elaboradas apenas para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e, muitas vezes, estes trabalhos nem abordam questões relacionadas ao estágio ou nem chegam ao campo, ficando apenas na Universidade.

É preciso superar a ideia de que a Universidade é o campo de ensino de teorias e que o campo de estágio é o lugar de ensino da prática, essa dicotomia entre os campos prejudica o processo de formação dos alunos, pois estes dois espaços devem estar associados em um projeto de ensino de qualidade, onde um complementa o outro, de modo a passar ao aluno que a prática deve ser iluminada pela teoria e que ambos os espaços são importantes

para o seu processo de formação, e não que um seja mais importante que o outro. É preciso passar essa visão aos alunos, antes que eles entrem nos campos de estágio, mostrando-lhes que os mesmos são de total importância para o seu aprendizado profissional, pois como apontam alguns alunos abordados na pesquisa, o estágio se configura apenas como “mero componente curricular” (Aluno 2). Esse fato se dá pela falta de interação entre os espaços de formação do aluno, onde desempenham seus papéis de forma desarticulada. Assim, é necessário que a Universidade, primeiro campo de aprendizado dos alunos, prepare-os para se inserir nos campos de estágio, pois como aponta um dos supervisores acadêmicos

Os alunos se chocam com as práticas profissionais, pois após longo período de “absorção” de teorias são colocados frente a frente com práticas que às vezes não condizem com o que esperavam e passam a tecer críticas a tais práticas, tendo assim dificuldade de perceber o estágio como espaço de aprendizagem (Supervisor Acadêmico 2).

Daí a necessidade de se articular os campos de formação, no intuito de superar visões equivocadas e frustrações para os alunos, que chegam aos campos cheios de expectativas e acabam se deparando com outra realidade, muito diferente da que pensavam ser, e assim, acabam absorvendo os discursos e frustrações dos profissionais de campo, como relata um aluno, que diz que é necessário atentar para o fato de os profissionais reproduzirem o discurso de que a teoria é diferente da prática. “[...] Eu acho uma questão muito séria, tendo em vista que nossa teoria ilumina nossa prática, porque senão para que passar 4 anos numa Universidade?” (Aluno 3).

Dessa forma, é preciso reavaliar a relação entre as instituições de formação profissional, de modo a buscar uma interação entre as mesmas, de modo a propiciar uma formação de qualidade aos alunos, assim como uma troca de aprendizados entre as instituições, formando-se assim um complexo de ensino e aprendizagem, no qual as mesmas trocam experiências e se veem em um mesmo patamar, sem hierarquias ou distanciamentos, como se fossem campos distintos.

5 APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

A escolha da temática da pesquisa partiu da necessidade de se avaliar o ensino da prática do Serviço Social nos Centros de Referência de Assistência Social, de Campina Grande/PB, que se apresentam como espaços de estágio, nos quais estão inseridos alunos da Universidade Estadual da Paraíba, do curso de Serviço Social, estando os mesmos em processo de formação profissional.

Com o que foi pesquisado, pode-se concluir que o conteúdo aqui apresentado representa um ensaio para futuras reflexões que proponham uma discussão acerca da vivência dos alunos nos campos de estágio, possibilitando formar novas questões e novos estudos em outros campos de estágio, para assim possibilitar que os alunos não se formem sem que tenham a noção clara do papel do Assistente Social, e sem que tenham vivenciado uma prática formativa e crítica, ao invés de um mero preenchimento de um componente curricular, como foi constatado em depoimentos de alguns alunos.

Assim, pode concluir que o ensino da prática do Serviço Social, a partir da análise do estágio no CRAS, está se distanciando daquilo que deveria ser o ideal para propiciar um aprendizado de qualidade, ou seja, está deixando de passar aos alunos um teor crítico e criativo da prática profissional e passando apenas um teor tecnicista, repassando apenas os instrumentos técnicos e deixando de lado a parte de construir um cariz investigativo da realidade social apresentada. Isso prejudica o aprendizado do aluno, que, como constatado em depoimentos, se veem perdidos e não conseguem enxergar a prática profissional passada na Universidade, assim, ao invés de presenciarem práticas críticas, o que veem são práticas assistencialistas e desprovidas de qualquer criticidade, dessa forma os alunos se chocam, pois esperavam encontrar uma realidade e se deparam com outra.

Outro problema que deve ser superado é a desarticulação entre a tríade (alunos, professores e orientadores de campo), que prejudica o aprendizado profissional do aluno, pois, sem haver uma articulação entre os sujeitos, os alunos tendem a enxergar a Universidade e o campo de estágio como campos distintos, como se a Universidade fosse o local de ensino de teorias e o estágio um mero campo da prática, essa visão desarticulada, como foi constatado, é

aumentada na medida em que os profissionais de campo, ao se depararem com as dificuldades e precarizações profissionais, tendem a proliferar que na prática a teoria é outra e passam isso aos alunos de estágio, que ficam perdidos, pois veem na Universidade que teoria e prática andam juntas. Dessa forma, é preciso que haja um processo de requalificação para os sujeitos da tríade, principalmente aos profissionais de campo, no intuito de capacitar os sujeitos e propiciar novos ensinamentos acerca das temáticas sobre estágio, formação profissional, articulação entre teoria e prática, enfim, temas que possam trazer aos sujeitos novas visões e propiciar articulação entre eles, no intuito de melhorar o processo de ensino-aprendizagem no qual se inserem.

Assim, esse estudo contribuiu para se ter uma visão sobre os campos de estágio, trazendo o questionamento de que estes espaços devem ser repensados e os profissionais de Serviço Social devem ser preparados para receberem os alunos nos campos, só assim pode se ter a efetivação dos mesmos como espaços de ensino-aprendizagem para os alunos, como espaços nos quais os alunos irão aprender sobre a prática profissional e vivenciá-la, como espaços de formação de profissionais críticos.

Assim, foi possibilitada uma série de desencadeamentos acerca da noção de estágio por parte não só dos alunos, mas também dos orientadores de estágio e dos próprios Assistentes Sociais de campo, o que ajudou na desmistificação da relação da Universidade com os campos de estágio, sendo estes espaços de aprendizagem que devem se correlacionar, mas que perderam essa capacidade, o que faz com que muitas vezes haja uma hierarquia, na qual a Universidade se vê como espaço de ensino e capaz de criar pesquisas e o estágio se vê como prestador de favor à Universidade por estar cedendo um lugar para estágio.

Dessa forma, na pesquisa, apesar de os sujeitos terem uma noção da importância do correlacionamento entre estas instituições, apontam que há dificuldades de se operacionalizar esta relação. Assim, conclui-se que deve haver uma mudança na forma de ver estas duas instituições, e deve haver ensaios que propiciem esta mudança, como cursos ou eventos que busquem aprimorar e repassar o papel dos dois campos.

Em suma, o ensino da prática necessita ter o seu devido reconhecimento como sendo fundamental para o processo de formação do

aluno, dessa forma é preciso que haja mais estudos acerca desta temática que possam possibilitar análises da mesma, para que se possa chegar à uma formação profissional de qualidade.

REFERÊNCIAS

ABESS. **Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social** (aprovado em assembléia geral extraordinária de 08 de novembro de 1996). Rio de Janeiro: UERJ, 1996. mimeo.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. 10 de abril de 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. In: **Coletânea de Leis e Resoluções**. Assistente Social: ética e direitos. 4. ed. Rio de Janeiro: CRESS, 2004.

_____. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão do assistente social. In: **Coletânea de Leis e Resoluções**. Assistente Social: ética e direitos. 4. ed. Rio de Janeiro: CRESS, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica**: NOB/SUAS. Jul. 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. 1. Ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BURIOLLA, Marta Alice. **O estágio supervisionado**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CFESS. **RESOLUÇÃO nº 533**, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social.

GUERRA, Yolanda. O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo: elementos para o debate. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, jul./ dez. 2005, pg. 147-154.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1994, pg. 190-220.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e o exercício profissional. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LONARDONI, Eliana. GIMENES, Junia Garcia; SANTOS, Maria Lucia dos; NOZABIELLI, Sonia Regina. O processo de afirmação da assistência social como política social. In: **Serviço Social em Revista**. Vol.8 - Número 2. 2006.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 30. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

RAMOS, M. A, et al. O estágio na formação profissional: debate sobre desafios e as formas de enfrentamento. In: **Encontro Nacional de pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**. Anais. Porto Alegre: PUCRS, 2004, p. 5-20.

SPOSATI, A. O. **A menina Loas**: um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2004.

APÊNDICE – questionário

FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS

A presente pesquisa objetiva levantar dados para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Na certeza de contar com a colaboração de todos, desde já agradeço.

I – Perfil sócio-econômico:

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade:

() 16 a 20 anos () 21 a 30 anos

() 31 a 40 anos () 41 a 50 anos

() acima de 50 anos

Estado Civil:

() Solteiro (a) () Casado (a) ou união estável

() Divorciado (a) ou separado (a) () Viúvo (a)

Escolaridade:

() Ens. Superior Incompleto () Ens. Superior Completo

() Especialização () Mestrado

() Doutorado

Renda Familiar:

() Até 1 salário mínimo () 2 a 4 salários mínimos

() 5 a 8 salários mínimos () Acima de 8 salários

II – Grupo de questões destinadas aos alunos

1) Ano que está cursando: _____ Turno: _____

2) Trabalha? () Sim () Não Quantas horas? _____

3) CRAS em que faz estágio: _____

4) Quando começou o estágio? _____

5) Qual a sua visão sobre o campo de estágio?

6) Quais os serviços oferecidos pela instituição aos usuários?

7) Há algum grupo na instituição (idosos, crianças, mulheres, adolescentes)? Qual/quais?

8) Qual o papel desempenhado pelo assistente social na instituição campo de estágio?

9) Quais os instrumentos de trabalho utilizados pelo profissional na operacionalização da prática?

10) Quais atividades você, enquanto estagiário (a), desenvolve? Há a supervisão do Assistente Social, nessas atividades?

11) Como você avalia o seu aprendizado da prática profissional?

12) Como você avalia a relação teoria/prática?

13) A instituição campo de estágio impõe algum limite para você? Qual/quais?

14) Quais as possibilidades dadas pela instituição campo de estágio à você?

15) Qual o significado do estágio para você?

16) Quais as sugestões que você gostaria de dar para melhorar o estágio?

17) Você gostaria de fazer alguma observação ou colocação que considera importante para a pesquisa?

III – Grupo de questões destinadas aos supervisores acadêmicos

1) Campo de estágio que supervisiona: _____

2) O que você acha do ensino da prática do Serviço Social? Há alguma relevância deste tema para o curso? Explique.

3) Qual a sua visão sobre o estágio supervisionado?

4) Qual o papel que você desempenha, enquanto orientador (a) de estágio? Qual sua contribuição para o aprendizado dos alunos que supervisiona?

5) Como se dá a sua relação, enquanto orientador (a) de estágio, com os alunos e com os supervisores do campo de estágio (assistentes sociais)?

6) Na sua opinião, qual a importância da relação entre essa tríade (aluno, orientador e supervisor de campo)?

7) Qual a sua opinião sobre a relação entre a Universidade e a Instituição campo de estágio? São espaços correlacionados? Explique.

8) Qual a sua visão acerca do aprendizado dos alunos, que você supervisiona, sobre a prática profissional do assistente social?

9) Na sua opinião, o espaço do estágio está formando que tipo de profissional? De fato, esse espaço está contribuindo para a formação do aluno? De que maneira?

10) Você gostaria de fazer alguma observação ou colocação que considera importante para a pesquisa?

IV – Grupo de questões destinadas aos supervisores de campo

1) Campo de trabalho: _____

2) Qual a sua opinião sobre o estágio? É importante para a formação do aluno?

3) Como se dá a sua relação, enquanto supervisor (a) de campo, com os alunos (as), e com o (a) orientador (a) de estágio?

4) Quais as demandas que chegam à instituição?

5) Quais os serviços oferecidos aos usuários?

6) Quais instrumentos e técnicas que você se utiliza para efetivar a ação profissional?

7) Qual o seu papel no ensino da prática do Serviço Social para os (as) alunos (as) de estágio? Como você passa a prática profissional para os mesmos?

8) Como se dá a relação entre a instituição campo de estágio com a Universidade? Como esses espaços interagem?

10) Você gostaria de fazer alguma observação ou colocação que considera importante para a pesquisa?
